

FORA DO “CENTRO”: PERIFERIAS, ALTERIDADES E POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO

Leonardo Francisco de Azevedo¹

Resumo: Frente à necessidade de compreender as diferentes investigações antropológicas realizadas fora dos grandes centros produtores dos paradigmas da disciplina, apresentaremos o desenvolvimento da antropologia na América Latina, focando principalmente na antropologia brasileira; bem como pesquisas antropológicas interessadas nos processos de construção de Estados nacionais pós-independência, nomeadamente Timor-Leste e Índia. Por fim, atualizaremos o debate da escrita antropológica focando não apenas na questão poética, mas sobretudo na sua dimensão política.

Palavras-chave: Antropologias periféricas; Políticas da produção de conhecimento; Teoria antropológica.

OUTSIDE THE "CENTRE": PERIPHERIES, OTHERNESS AND POLICIES OF THE ANTHROPOLOGICAL KNOWLEDGE PRODUCTION

Abstract: Faced with the necessity to know how different anthropological investigations carried out outside of majors centers producers of the paradigms of the discipline, we will present the development of anthropology in Latin America, focusing mainly on Brazilian anthropology; as well as anthropological investigations interested in the processes of construction of post-independence states, like Timor-Leste and India. Finally, we will update the debate on anthropological writing focusing not only on the poetry issue, but especially on the political dimension.

Keywords: Peripheral anthropologies; Knowledge production policies; Anthropological theory.

Considerações iniciais

Compreender as políticas de produção de conhecimento, atentando sobretudo para o lugar de fala dos antropólogos, passou a ser uma importante questão para o pensamento antropológico contemporâneo. Parte dessa reflexão foi protagonizada pelos pós-modernos, a partir dos anos 80. Entretanto, no livro seminal dessa crítica (CLIFFORD e MARCUS, 1986), a poética teve maior importância do que a política (FARDON in STRATHERN, 2013). Diferentemente dos pós-modernos, pretendemos aqui enfatizar a

¹ Mestrando em Ciências Sociais – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
Contato: leonardoazevedof@gmail.com

dimensão política na produção da escrita antropológica, dialogando com antropólogas e antropólogos que produzem na “periferia” do globo.

Stocking Jr. (1982) fez uma conhecida divisão entre a antropologia produzida nos centros globais, cuja grande produção foi realizada em colônias e ex-colônias desses países, com vistas a produzir conhecimento sobre o exótico não ocidental, que ele chama de “antropologia da construção de impérios”; e a antropologia produzida fora do centro, em países periféricos e semiperiféricos, em sua grande maioria ex-colônias, cujo foco das etnografias se encontram dentro das fronteiras nacionais, buscando compreender questões étnicas e identitárias dos Estados-nação em construção, denominada pelo autor de “antropologia da construção da nação”.

A partir dessa divisão proposta por Stocking Jr. (1982), pretendemos analisar mais a fundo as “antropologias da construção da nação”. Diferente do que afirma Steedly (1999), de que a Indonésia seria para a antropologia o que a Revolução Francesa foi para os historiadores, para os antropólogos fora dos grandes centros muitas das categorias produzidas lá, pelos “antropólogos da construção de impérios”, não conseguiram explicar as dinâmicas locais. Logo, essas reflexões antropológicas produzidas na periferia contribuem com a teoria antropológica como um todo, pois novas perspectivas e categorias são criadas, a partir de novos lugares. Lembrando, a partir de Cardoso de Oliveira (1993), que se entende por periférico o que não se identifica com o espaço metropolitano – Inglaterra, França e Estados Unidos – de onde emergiram os grandes paradigmas da disciplina no fim do século XIX e início do século XX.

Para realizar essa reflexão, apresentaremos três diferentes recortes. O primeiro refere-se ao desenvolvimento da antropologia na América Latina, sobretudo no Brasil. O segundo recorte refere-se à relação direta entre a antropologia e a construção dos Estados nacionais. Para tal, apresentaremos etnografias realizadas na Índia e Timor Leste. Por fim, atualizaremos o debate sobre a escrita antropológica a partir de uma crítica à revisão proposta pelos pós-modernos.

Antropologia na América Latina: o desenvolvimento da disciplina e a construção das nacionalidades latinas.

Diferente da Oceania e África, cuja colonização tardia permitiu um interesse direto de escolas inteiras de antropologia dos países centrais, os povos da América Latina

foram expostos a algumas excursões de alguns pesquisadores dos grandes centros, mas não de forma ostensiva como em outros países. Se por um lado tal razão se deve ao desencontro entre o amadurecimento da antropologia enquanto disciplina e o processo de colonização na América – no século XX praticamente todos os países da América do Sul já eram independentes - por outro cabe destacar que estes próprios países passaram a desenvolver sua própria antropologia. Para uma breve abordagem da antropologia na América Latina, recorreremos aos textos da antropóloga colombiana Myriam Jimeno (2005) sobre a produção da antropologia no continente, e também de Mariza Peirano (2008), que apresenta a consolidação da antropologia no Brasil.

Myriam Jimeno, em seu texto “La Vocación Crítica de la antropología em latinoamerica”, apresenta como a antropologia, enquanto disciplina científica, se desenvolveu na América Latina com particularidades e questões específicas. Para a autora há um consenso de que a assimetria na produção intelectual dos antropólogos do continente os colocariam na posição de “tradutores” das produções dos centros globais.

Se teoricamente temos essa relação de “tradução” com teorias estranhas a nós, na antropologia latino-americana o “Outro” é uma ponte constitutiva da própria disciplina, sendo que há um esforço peculiar de conceitualizar e modificar a relação do antropólogo com seu próprio fazer. Dessa maneira há, no continente, uma relação estreita entre a produção teórica do antropólogo e o compromisso com as sociedades estudadas.

Stocking Jr. (1982) tem razão ao dizer que os antropólogos latinos são parte do processo de construção das jovens nações. Vários dos conceitos elaborados por antropólogos daqui, inclusive brasileiros, como fricção interétnica e transculturação, foram tentativas de compreender o papel dos diferentes povos e grupos existentes no continente para a construção da ideia de nação e cidadania nacional. Recorrendo a Veena Das (1998), Jimeno afirma que a antropologia em países não centrais permite, ao dialogar com o Outro de uma forma menos assimétrica, elaborar novas categorias de análise.

A autora recorre ao conceito de “naciocentrismo” de Norbert Elias (1989 *apud* JIMENO, 2005) para falar da orientação intelectual da antropologia latina na construção da ideia de nação. Para ela, tanto a produção conceitual da antropologia como a criação literária e artística têm um caráter fortemente “naciocêntrico”, sendo que os conceitos antropológicos aqui formulados não tinham como pretensão abarcar a distância entre o pesquisador e o nativo – como fizeram os europeus – mas a proximidade geopolítica desse “Outro”. Nessa perspectiva, a autora afirma que os pesquisadores na América Latina

seriam como “investigadores cidadãos”, em que o exercício de investigação e de cidadania estariam fortemente imbricados.

Para sustentar essa tese a autora apresenta com maior detalhe o desenvolvimento da antropologia no México e Brasil, tendo a antropologia colombiana como pano de fundo. Sobre a antropologia brasileira, nos aprofundaremos mais a frente, a partir das reflexões de Peirano (2008). No que se refere à antropologia mexicana, Jimeno aponta o relevante papel dos antropólogos daquele país em buscar maneiras para encontrar um melhor lugar para as sociedades indígenas dentro das nações latino-americanas, como Aguirre Beltrán. Esses antropólogos apontavam o papel da disciplina em combater o poder massacrante do imperialismo, e não necessariamente auxiliá-lo, como fazia a antropologia dos grandes centros. Jimeno aponta que a antropologia mexicana, bem como colombiana e peruana, tiveram um intenso trânsito entre a vida universitária, as reflexões acadêmicas e os projetos institucionais aplicados – diferente da brasileira, mais enraizada na vida universitária, nas instituições de ensino superior.

La antropología, tanto como la creación literaria y artística, muy cercanas entre si, han sido en América Latina naciocéntricas en su producción conceptual. Pero, a diferencia de lo que Elias señalaba para Europa, nuestra condición histórica como naciones en construcción a partir de una común experiencia y ruptura coloniales hace que nuestra producción cultural esté atravesada por propuestas polémicas sobre el Estado y la Nación que se quieren construir. Por ello tenemos una larga historia de teoría crítica que se expresa en la diversidad de lenguajes individuales y generacionales, y cuyos conceptos pretenden capturar no la lejanía, sino la proximidad sociopolítica del Otro. (JIMENO, 2005, p. 61-62)

Mariza Peirano, antropóloga brasileira com trajetória fortemente ligada aos Estados Unidos, conhecida por fazer uma antropologia da antropologia, apresenta em seu texto “Brazil: Otherness in Context” (2008) um panorama da disciplina no Brasil. Também apontando o papel importante da antropologia brasileira na construção da nação, a autora afirma que a antropologia, enquanto disciplina científica, não se encarrega de objetos, mas de diferenças. Se enquanto nas metrópoles a antropologia demorou um século para se tornar capaz de pensar sobre a alteridade em casa, ou seja, tornar a disciplina não apenas exclusiva de estudos no exterior, no Brasil a disciplina não levou mais de três décadas para fazer esse movimento. Para a autora, isso se deve sobretudo à multiplicidade de alteridades existentes no país. Peirano afirma que essa relativa liberdade

da disciplina no Brasil se deve por quatro diferentes motivos: o Brasil nunca foi necessariamente objeto da curiosidade antropológica dos grandes centros, como a Melanésia, Sul e Sudeste asiático e África; a principal disciplina interlocutora da antropologia aqui no país foi a sociologia, e não a arqueologia ou antropologia física; as populações indígenas foram pesquisadas dentro das fronteiras nacionais; e por fim, a forte influência da perspectiva francesa (sobretudo durkheimiana) no desenvolvimento da disciplina, deixando de lado interesses em particularidades e singularidades. (PEIRANO, 2008, p.57)

A antropóloga apresenta quatro “tipos ideais” de alteridade que organizam a antropologia brasileira: “alteridade radical”; “contato com a alteridade”; “alteridade próxima”; e “mínima alteridade”. A “alteridade radical” é ilustrada pelos estudos das populações indígenas, dentro das fronteiras nacionais, e pelos estudos realizados fora das fronteiras nacionais, sobretudo por brasileiros que viveram no exterior e com ex-colônias portuguesas. O “contato com a alteridade”, diferente dos estudos realizados sobre grupos indígenas, são aqueles cujo foco de análise se debruçou justamente no contato com os indígenas, focando na questão da integração desses povos. Uma das grandes formulações desse tipo de alteridade é o conceito de “fricção interétnica” de Roberto Cardoso de Oliveira. Já a “alteridade próxima” é ilustrada pela autora com os estudos de antropologia urbana, protagonizados inicialmente por Gilberto Velho e posteriormente por vários outros antropólogos reconhecidos. Por fim, a “alteridade mínima” é ilustrada pelos estudos sobre o próprio fazer antropológico, em que biografias de cientistas sociais, desenvolvimento institucional da disciplina, ou mesmo a revisão bibliográfica da antropologia brasileira se tornaram o foco de investigação.

A antropóloga reconhece essa diversidade de “alteridades” e de focos de análise da antropologia brasileira, mas aponta que um fator limitador da antropologia no país é a questão da língua: publicar apenas em português produz uma audiência limitada. E, além disso, a antropologia brasileira construiu, como seus interlocutores privilegiados, os cientistas sociais locais, os sujeitos nativos e a tradição ocidental da disciplina, que temos como legitimadora de nosso desenvolvimento teórico. Logo, ela afirma ser necessário pluralizarmos nossos interlocutores, incluindo outras tradições antropológicas latino-americanas. (PEIRANO, 2008)

A institucionalização das ciências sociais no Brasil foi parte integrada do processo de construção da nação. Nesse processo, a nova ciência social não se especializou em demasia devido ao projeto de construção de nação e de formação do Estado diretamente

ligado às disciplinas acadêmicas. Porém, houve uma disparidade entre a sociologia e a antropologia no país. Enquanto a primeira se dedicou a elaborar projetos para resolver os “problemas” do Brasil, a antropologia se dedicou a examinar as diferenças culturais e sociais, dentro das fronteiras nacionais. Nesse sentido, Peirano (2008) finaliza seu texto apontando que a dimensão política sempre esteve presente no desenvolvimento das ciências sociais brasileira, sendo que a contribuição da antropologia no processo de construção do Estado-nação se deu na medida em que as diferenças foram entendidas como algo a ser respeitado e uma singularidade procurada e revelada. Assim, mesmo que a antropologia brasileira se sinta parte do mundo ocidental, não fala uma linguagem universal e acaba por se encontrar em uma posição “sui generis”, em que as dimensões teóricas assumem um desenvolvimento crítico no nobre caminho da modernidade.

De acordo com Cardoso de Oliveira (2000), a antropologia na América Latina poderia ser reconhecida como uma “antropologia de nações novas”, empenhada na construção de nação e destituída de grandes tradições intelectuais, diferente do que acontece na antropologia de antigas civilizações, como China, Japão² ou Índia. Dessa maneira, a antropologia no continente pôde desenvolver diferentes “estilos”, incorporando as diferentes teorias existentes na disciplina em pesquisas sobre as questões nacionais que pautaram a antropologia nos diferentes países latinos, ou nos termos do antropólogo, gerando “modelos construídos segundo as circunstâncias de uso”.

Estando clara essa imbricada relação, na América Latina, entre o desenvolvimento da antropologia e a consolidação dos Estados nacionais, podemos avançar para outros continentes, onde também é possível observar essa característica, mas tendo justamente a construção do Estado-nação como centro da reflexão proposta. É o que veremos a seguir.

Resquícios do Império: antropologia e os Estados nacionais no Timor Leste e Índia

Após essa breve reflexão sobre a produção antropológica na América Latina, apresentaremos um debate sobre a construção do Estado em si, destacando as contribuições de Kelly Silva (2010), sobre a construção do Timor-Leste pós-independência e da Veena Das (1999;2007), sobre a construção do Estado-nação indiano.

² Sobre a tradição intelectual na antropologia japonesa, conferir Winkel (1999)

A antropóloga brasileira Kelly Silva, em trabalho de campo no Timor Leste pós-independência (2010), acompanhou o processo de “construção de nação” daquele país. Ao acompanhar um processo eleitoral, observou quais valores foram mobilizados para a construção de legitimidade e pertencimento político daquele povo às novas instituições democráticas. Silva aponta como as ideias-valores de sofrimento, reconhecimento e reciprocidade ocupam o repertório da cultura política timorense contemporânea. A autora apresenta como hipótese que a capilarização das instituições modernas naquele país, como os partidos políticos e o Estado-nação, tem se dado através de alianças entre as elites urbanas cosmopolitas e as autoridades locais, mediadas pelos veteranos da resistência.

A autora observou que havia uma maneira comum de apresentar os candidatos à população: descrevia suas histórias através de sua educação formal, atividade na resistência, experiência profissional e trajetória política no período pós-independência. Tal enredo biográfico significava as condições mínimas que qualificavam os sujeitos socialmente a serem reconhecidos como aptos para exercer as funções políticas modernas.

Outro traço comum na performance dos candidatos em campanha era a referência constante ao sofrimento (*terus*) e dificuldades (*susar*) dos timorenses, no passado e no presente. Em suas respectivas retóricas, o compartilhar do sofrimento era o que irmanava os eleitores como uma comunidade política particular, os instituindo mesmo como *timorenses*. Testemunhos e imagens de martírio e carestia se faziam presentes em vários atos de campanha, discursivamente ou mediante a própria constituição dos palanques, nos quais os ex-guerrilheiros das FALINTIL tinham papel cativo. (SILVA, 2010, p. 67)

Dessa maneira, trajetórias de sacrifício e dor, sobretudo no período de ocupação indonésia, era um importante capital político que os davam dignidade, habilitando-os a receber a confiança do voto dos eleitores. Além disso, os candidatos se dizem hábeis em reconhecer o sofrimento do povo. “Nesses contextos, Timor-Leste emergia, sobretudo, como uma comunidade política do sofrimento.” (SILVA, 2010, p. 68)

Segundo Silva, o sofrimento, compartilhado durante a ocupação indonésia, é uma das principais fontes de oposição entre os de fora (retornados das diásporas timorenses) e os de dentro (os que vivenciaram a administração javanesa), sendo que a experiência destes últimos foi explorada politicamente para diminuir a legitimidade dos “retornados”, pois não se sacrificaram nos anos da ocupação como os que lá ficaram. Desconsiderar

esse sofrimento é tido como um insulto moral, caracterizada como uma atitude de distanciamento ou ausência de deferência à identidade do interlocutor.

No contexto leste-timorense, as denúncias de desconsideração são articuladas no espaço público pela evocação da ideia de que não haveria um reconhecimento equânime, que leve em conta os diversos tipos de engajamento e compromisso de diferentes atores sociais na luta pela independência, no processo de reconstrução do país. Assim, sugere-se que aqueles que menos sofreram com a ocupação, estariam sendo de alguma forma privilegiados em detrimento dos mais martirizados que deveriam ser devidamente recompensados. Nesse contexto, cabe lembrar que na sensibilidade jurídica local a justiça é voltada para promover a compensação e o restabelecimento do equilíbrio entre partes em disputa. (SILVA, 2010, p. 68)

O sofrimento, enquanto constitutivo da construção do Estado-nação timorense, é evidenciado e pautado constantemente, inclusive no processo de legitimação das instituições democráticas. Já no Estado-nação indiano, a violência que também caracterizou a construção do Estado-nação é compartilhada, mas de forma silenciada. Veena Das apresenta o traumático evento de partição da Índia³ ecoando no registro familiar, por meio de um enfrentamento repetitivo que ela chama de “conhecimento venenoso” – metáfora de uma mulher que bebia veneno e o mantinha dentro de si (DAS, 1999; 2007). Para a autora, a violência da partição são como “slides congelados”, havendo uma pesada cortina de silêncio sobre as atrocidades sofridas, testemunhadas ou praticadas.

O evento da Partição - permeado por violências, sobretudo de gênero, em que o corpo da mulher se transformou numa espécie de signo de comunicação entre os homens, em uma violenta linguagem da masculinidade (DAS, 2007) - muitas vezes é narrado através de casos famosos, inserindo os acontecimentos numa narrativa heroica; ou então através de histórias sem autoria, enquadradas pela “voz coletiva anônima” (DAS, 1999,p.37). A autora recorre à noção de “forma de vida”, de Wittgenstein, para afirmar que, quando os seres humanos concordam quanto à linguagem que usa, esse acordo não significa uma concordância de opiniões ou acordo contratual. Há duas maneiras possíveis de ler esse “acordo – uma refere-se às formas que a vida pode assumir e outra refere àquilo que define e distingue a própria vida como humana. A primeira diferença é

³ Divisão territorial efetuada pela Índia e Paquistão em 1947, pouco tempo após suas independências político-administrativas do império britânico (PEREIRA, 2010)

denominada horizontal, enquanto a segunda, vertical (CAVELL *apud* DAS, 1999). Se as vidas das mulheres indianas são permeadas cotidianamente pela violência, sobretudo pelos maridos, tais tipos ainda são “dizíveis”, diferente da violência praticada durante a Partição, que por ser uma diferença vertical, por ocupar o limite do humano, é algo “não dizível”.

Aquilo que constitui o não-narrativo dessa violência é o que é indizível nas formas da vida cotidiana. Sugiro, ainda, que é porque o alcance e a escala do humano que é testado, definido e estendido nas disputas inerentes à vida cotidiana que ela passa, da violência inimaginável da Partição, para formas de vida que não são vistas como pertencentes à própria vida. Ou seja, essas experiências da violência levantam certas dúvidas quanto à própria vida, e não apenas quanto às formas que ela pode assumir. (DAS, 1999, p.39)

Nessa perspectiva, as violações do corpo não dizíveis pertencem ao mundo das coisas, ou das feras e máquinas, contrastando com as violações presentes na vida cotidiana, que podem ser reinscritas ou revistas através do tempo. Das, através da etnografia da trajetória de uma mulher que sofreu rapto e foi possivelmente estuprada durante a partição, afirma que essa narrativa, silenciada pela mulher e familiares, não ocupa espaço nas narrativas cristalizadas da Partição, que celebram apenas a vida das mulheres que, heroicamente, ofereceram suas vidas. Porém, são inúmeros os homens e mulheres que, tendo passado pela violência da Partição, tiveram que levar adiante a vida cotidiana, tendo que digerir tudo que passaram sem inscreverem suas trajetórias nas histórias de sacrifício heroico. (DAS, 1999)

Tanto Silva como Das, a partir de etnografias, mostraram os processos dramáticos e violentos de construção de Estados nacionais. Nesse processo, a antropologia tem um papel fundamental de compreender as novas formas de organização e os processos sociais emergentes. Tanto Veena Das, falando do processo de formação e constituição de seu próprio país, como Kelly Silva, que apesar de não ser timorense, também contribui para uma “antropologia da construção de nação”, mostraram que a reflexão antropológica vai muito além de apenas compreender o “exótico”.

Produzindo contextos e alteridades na geopolítica internacional

Apesar do esforço de antropólogos “periféricos” em revigorar a reflexão antropológica e a discussão em torno das alteridades, como apresentado acima, uma das

grandes críticas produzidas sobre a própria antropologia, nos Estados Unidos – ou seja, no “centro” - se pautou fortemente apenas em sua dimensão textual. Dessa maneira, não há como pensar a produção antropológica contemporânea sem, de alguma forma, problematizar a questão da escrita etnográfica. Sendo assim, finalizaremos esse artigo com uma breve reflexão sobre a dimensão política da escrita a partir das contribuições de Strathern (2013) e Trouillot (2003), em suas críticas ao pós-modernismo na antropologia.

Marilyn Strathern, apesar de ser britânica, sua reflexão sobre a escrita antropológica nos auxiliará na reflexão posterior, sobre a produção de alteridades num mundo desigual. No livro “Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia” a autora recupera Frazer para apresentar o paradoxo da antropologia em negar e recuperar perspectivas intelectuais na disciplina. Ela aponta tal paradoxo ao trazer a constatação de que Frazer, quando criticado pelos antropólogos britânicos, sobretudo Malinowski, era acusado de ser fortemente literário, sem critérios consistentes para selecionar os dados e informações que construíram sua narrativa, considerada criativa e ficcional em demasia, dando ao leitor grande autonomia para interpretar e compreender seu texto. A ironia da crítica está em que tais características são justamente o que os pós-modernos reivindicaram como sendo o formato aconselhável e necessário à antropologia.

Para além dessa “ironia” – palavra que Strathern (2013,p. 72) usa para resumir “o reconhecimento antropológico do humor pós-moderno” – a autora nos permite refletir acerca da produção do próprio conhecimento na disciplina. Antropólogos não comparam dados em si, mas contextos de produção dos dados, ou seja, os contextos é que se tornam dispositivos de comparação. Dessa maneira, pensar a posição do antropólogo na relação estabelecida com o nativo se torna uma questão antropológica por excelência, pois ela define o contexto da produção de conhecimento. Se considerarmos a reflexão de Roy Wagner (2012), tal relação – entre antropólogo e nativo - é mais real do que o antropólogo relaciona, pois ele na verdade inventa a cultura estudada.

Strathern, ao recuperar Frazer, o faz para afirmar que não foram descobertas de novas ideias, como de sincronia ou etnocentrismo, que o tornou antiquado, mas a implementação delas como um “dispositivo ficcional” cujo objetivo era emoldurar o relacionamento entre antropólogo e seu tema, mudando também o relacionamento entre o escritor e seu público.

Os antropólogos definiram como um problema profissional a organização de sua escrita, buscando exprimir conceitos para os quais não havia espaço pronto em sua cultura. Uma distância se colocava

entre a sociedade estudada e a sociedade à qual pertencia o principal público do antropólogo. Ao pertencer a ambas, por assim dizer, o pesquisador ou pesquisadora de campo se apresentava como mediador. E o que se apresentava como mediação entre estilos de vida era evidentemente uma mediação produzida pelo texto – a forma com que se descrevia a sociedade e a forma com que o antropólogo veio a analisa-la e teoriza-la, autoconsciente da sua própria especificidade. (STRATHERN, 2013, p. 83)

Se os pós-modernos focalizam o ato da escrita em si, perguntar sobre ficções persuasivas em épocas anteriores é perguntar sobre como os outros (Frazer, Malinowski, etc) lideram com problemas morais de construção literária que são nossos. Respondendo à essa questão, estamos criando transformações históricas entre escritores do passado de acordo com o que é persuasivo aos nossos próprios olhos, recolocando na leitura dos livros as estratégias de ficcionalização. “Construir obras do passado como jogos literários quase intencionais é o novo etnocentrismo. Não há evidência, afinal, de que ‘nós’ tenhamos parado de atribuir nossos problemas aos outros” (STRATHERN, 2013, p. 84).

Tal crítica, porém, não contempla o caro debate sobre a produção antropológica na periferia do globo, que será feito pelo antropólogo haitiano Michel Ralph-Trouillot. Em seu texto “Savage Slot: the poetics and politics of Otherness” o autor apresenta uma crítica severa ao pós-modernismo. Para ele, os antropólogos pós-modernos, ao reavaliarem a etnografia – tanto o trabalho de campo como a escrita – criticaram a noção de representação que orientava a disciplina, mas não fizeram uma avaliação da relação da antropologia com a geografia da imaginação do Ocidente. Portanto, não questionou o lugar, o compartimento, o “slot”, do selvagem. Para ele, portanto, a antropologia é parte constitutiva da imaginação do Ocidente, sendo que qualquer crítica da antropologia, obrigatoriamente, requer uma historicização do campo discursivo, explorando a relação entre a antropologia e a geografia da imaginação indispensável ao Ocidente.

O antropólogo afirma que as disciplinas acadêmicas não criam seus campos de significado de forma autônoma, mas apenas legitima modos particulares de organização dentro de determinado momento histórico. Nessa perspectiva, a antropologia ocupou-se de um “setor” pré-estabelecido dentro de um campo simbólico maior, sendo que a categoria “selvagem” ajudou a constituir o Ocidente como o conhecemos. Para ele, portanto, uma crítica e reflexão sobre a antropologia requer muito mais do que uma auto-condenação das suas técnicas, mas uma reavaliação da organização simbólica de onde o discurso antropológico é observado. Logo, o futuro da antropologia depende da habilidade contestar o “savage slot” e sua temática – empiricamente, as diferenças entre

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Juiz de Fora Ano 7, Ed. 17 Out 2013/Ago 2014

sociedades ocidentais e não-ocidentais estão cada vez mais borradas, mas esse debate ainda é feito na antropologia de forma acidental e individual.

Trouillot (2003, p.10) afirma que, a partir do desmoronamento dos muros entre norte e sul, entre ocidente e oriente, os intelectuais desenvolveram uma linguagem pós-destruição. Em uma mistura de surpresa intelectual negativa e morte das metanarrativas, o espírito pós-moderno é principalmente ocidental e pequeno-burguês. Considerando que várias cosmovisões mundo afora não requerem metanarrativas, seu fim tem implicação apenas para o ocidente. Dessa maneira, o autor afirma que a perspectiva pós-moderna não é inerente à situação mundial. O “nós” por eles colocados se refere apenas ao ocidente.

O estado do espírito pós-moderno é uma problemática ocidental. A percepção do colapso como revelação não pode ser imaginado fora da trajetória do Ocidente e o crescimento desigual da expansão de suas fronteiras. Sua condição de existência é possível dentro do Ocidente. A produção de sua posição é impensável fora do Ocidente, pois seu significado só faz sentido dentro da leitura ocidental da história mundial. (TROUILLOT, 2003, p. 12. Tradução nossa)

Trouillot aponta essa dimensão ocidental da pós-modernidade após afirmar que a construção da história é produzida através de luta e poder, e que o Ocidente não tem apenas projeção histórica, mas projeção na história e também da história. A busca pela legitimidade universal é inerente à geografia da imaginação ocidental e impõe, desde o século XVI, a moldura de como se ler a história. Nessa perspectiva, a centralidade do norte atlântico não está apenas na ideia de onde a história é feita, mas de onde a história é contada. As pessoas fora da Europa não são apenas sem história (WOLF, 2009), mas também sem historicidade.

Frente a essa compreensão, o antropólogo afirma que uma verdadeira antropologia crítica e reflexiva deve contextualizar as metanarrativas ocidentais e ler criticamente o lugar da disciplina no campo explorado. Para tal, é necessário modificar o aparato elaborado na observação de sociedades não-ocidentais. Nesse processo, o selvagem nutria, no ocidente, a noção de utopia e de uma metáfora da nobreza e do comunitarismo. Porém hoje, no retrato do antropólogo pós-moderno, o “selvagem” desapareceu.

Se de fato as ideias fundadoras estão em colapso, se de fato as utopias são argumentos sobre ordem e ideia fundadora, se de fato o selvagem existe primeiramente como uma ideia implícita de utopia, os especialistas em selvageria estão em apuros. Seu favorito modelo desapareceu ou rebateu a posição esperada. [...] O campo de visão está

borrado e ele ainda precisa voltar para ‘casa’ com um retrato. Em desespero, o antropólogo confuso queima suas notas para criar um momento de luz, movendo sua face contra as chamas, fechando os olhos e, com as mãos na câmera, faz uma foto de si mesmo. (TROUILLOT, 2003, p.24. Tradução nossa)

O autor afirma que a descoberta da textualidade pelos antropólogos norte-americanos, nos anos 80, ignorando o pré-texto, o contexto, contribuiu para ler o produto antropológico como isolado do largo campo de condições que propiciou sua existência, como a relação da disciplina com o colonialismo, gênero, terceiro mundo. Esses antropólogos acabaram por fechar o discurso antropológico nele mesmo. (TROUILLOT, 2003, p.26)

O Outro não pode ser englobado por uma categoria residual: ‘nós e eles’ implica uma ordem simbólica que criou o Ocidente, uma construção ideológica. Não há Outro, mas uma multiplicidade de outros, que são outros por diferentes razões, a despeito das narrativas totalizadoras, como o capital. (TROUILLOT, 2003, p. 27. Tradução nossa)

Frente a essa problemática, o antropólogo aponta duas questões centrais para a disciplina: é necessário revitalizar a disciplina não por sugestões cosméticas, mas para a construção de uma epistemologia e semiologia que os antropólogos podem fazer; com o arsenal renovado, retomar o discurso da alteridade, focando em áreas onde a produção de novas vozes gere novas combinações que perturbe todo o campo aberto por essa retomada parcial – uma reavaliação do sujeito histórico, reavaliação do discurso nativo, e uma teoria da etnografia.

Nessa perspectiva, o autor afirma que os antropólogos devem mostrar que o Outro, aqui e lá, é produto – simbólico e material – do mesmo processo de criação do Ocidente, sendo que precisamos de proposições substantivas que explicitem a desestabilização e eventual destruição do “savage slot”. Considerando que a antropologia não criou o “selvagem”, pois ele é a razão de ser da antropologia, é preciso ancorar a disciplina no presente, focada nas mudanças mundiais e nas histórias irredutíveis. Para Trouillot muitos antropólogos se aproximaram disso, mas focaram em demasia no texto.

Considerações finais

A antropologia talvez seja umas das disciplinas acadêmicas que mais se coloca a prova. O processo de reflexão sobre trabalho de campo, dimensões éticas da pesquisa antropológica, limites e potencialidades de etnografias, dentre outras questões são

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Juiz de Fora Ano 7, Ed. 17 Out 2013/Ago 2014

constantes. Se por um lado esse revisionismo permanente gera inúmeras incertezas e discordâncias dentro da disciplina, por outro permite que a antropologia expanda seus horizontes e possibilidades. Se a pesquisa antropológica nasceu com a incumbência de compreender o “selvagem” (TROUILLOT, 2003), hoje a disciplina é capaz de dar conta de uma infinidade de temas e questões.

Como apresentado por Jimeno (2005) e Peirano (2008), a antropologia na América Latina, diferente das antropologias “centrais”, tiveram um papel fundamental de construção de ideias de nação, transitando por diferentes dimensões de alteridade. A disciplina também ocupou esse mesmo papel em outras regiões do globo, como apresentado por Silva (2010) em seu trabalho no Timor Leste e por Das (1999, 2007) na Índia.

A dimensão política da produção antropológica não está apenas onde se realiza trabalho de campo, mas na escrita do trabalho. Como Strathern (2013) nos mostrou, conhecer o contexto da produção dos dados etnográficos é de fundamental importância para compreendermos a reflexão antropológica realizada, sendo que uma revisão consistente da forma etnocêntrica de produzir alteridade vai muito além de apenas uma revisão textual. (TROUILLOT, 2003).

Não há dúvidas de que o mundo é povoado por uma “multiplicidade de tempos, modos de vida e de epistemologias” (RIBEIRO e ESOCOBAR, 2012, p.37), porém, grande parte dessa diversidade foi, por um bom tempo, mapeada e compreendida por uma estreita perspectiva antropológica. O surgimento de novas perspectivas e abordagens antropológicas, indo desde o lugar de fala – como a antropologia feminista e os estudos subalternos – até a dimensão ontológica da disciplina – como o perspectivismo – permitiram uma renovação radical de compreensão da alteridade. E com o surgimento destas novas abordagens, não apenas a antropologia foi colocada em questão, mas todo o Ocidente, pois como nos lembra Mahmood (2006) até a própria noção de liberdade, historicamente valorizada e exaltada, é impregnada por uma visão eurocêntrica do mundo, o que, por consequência, produz reflexões etnocêntricas. Compreender as disputas e diferenças no campo antropológico e permitir com que antropólogos da “periferia” sejam ouvidos para além de suas fronteiras nacionais não é apenas legitimar carreiras brilhantes, mas garantir uma verdadeira renovação epistemológica na antropologia.

Referências Bibliográficas:

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. O Movimento dos Conceitos na Antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1993, v.36.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **Writing culture: The poetics and politics of ethnography**. Berkeley, Los Angeles: University of Chicago Press, 1986.

DAS, Veena. **Critical Events. An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Delhi: Oxford University Press, 1998.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14 no 40 junho, 1999.

DAS, Veena. **Life and words. Violence and descent into the ordinary**. California: University of California Press, 2007.

JIMENO, Myriam. La Vocación Crítica de la antropologia em latinoamerica. **Antípoda** nº1, Julio-Diciembre de2005, p. 43-65.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, vol. X(1), 2006, pp. 121-158.

PEIRANO, Mariza. Brasil: otherness in context. In: Deborah Poole (org.) **A companion to Anthropology in Latin America**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. **Cadernos Pagu** (35), julho-dezembro de 2010, p. 357-369.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Antropologias mundiais – transformações da disciplina em sistemas de poder**. Brasília: Editora UnB, 2012.

SILVA, Kelly. Reciprocidade, reconhecimento e sofrimento: Mobilizadores políticos no Timor-Leste independente. In: LEACH, Michael et.alli. **Hatene kona ba/ Compreender/ Understanding/ Mengerti/ Timor Leste**. Timor Leste: Timor-Leste Studies Association, 2010.

STEEDLY, Mary Margareth. The State of Culture Theory in the Anthropology of Southeast Asia. **Annual Review of Anthropology**. Vol. 28 (1999), pp. 431-454.

STOCKING JR., George W. “Afterword: a view from the center”. **Ethnos**, 1982, v. 47, n. 1-2:172-186.

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Juiz de Fora Ano 7, Ed. 17 Out 2013/Ago 2014

STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Anthropology and the savage slot: The poetic and politics of otherness. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Global transformations: Anthropology and the modern world**. New York, Palgrave Macmillan, 2003.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: CosacNaify, 2012.

WINKEL, Margarita. Academic traditions, urban dynamics and colonial threat: the rise of ethnography in early modern Japan. In: BERMEN, J.V.; SHIMIZU, A. (orgs.). **Anthropology and Colonialism in Asia and Oceania**. Richmond Surrey, UK: Curzon Press, 1999.

WOLF, Eric. **A Europa e os povos sem História**. São Paulo: Edusp, 2009.